

Adilson Cezar (*)

A Revolução Liberal de 1842 (**)

(*) Presidente da Comissão Executiva das Comemorações do Sesquicentenário da Revolução Liberal de 1842 e do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba. Coordenador do Núcleo de Documentação, Pesquisa e Memória da Fundação Dom Aguirre e Professor das disciplinas, História Contemporânea, Prática de Ensino de História e Introdução aos Estudos Históricos das Faculdades Integradas Dom Aguirre.

(**) O presente estudo foi apresentado em reunião da Academia Cristã de Letras em 26/6/1992 em sessão solene na sede desta, e aos 28/6/1992 em sessão solene da Câmara Municipal de Itu integrando o programa comemorativo do sesquicentenário da Revolução Liberal de 1842.

ABSTRACT

The author analyses the causes of the Liberal Revolution of 1842 and focuses as a fundamental element for their understanding, the fights around the centralization and decentralization of power. He also reminds us that the ideas of liberty of this sedition are connected to a much wider background. In short he presents a detailed report of the movement in Sorocaba and São Paulo.

RESUMO

O autor analisa as causas da Revolução Liberal de 1842 e coloca como elemento fundamental para sua compreensão as lutas em torno da centralização e descentralização do poder. Lembra ainda que as idéias de liberdade dessa sedição prendem-se a um quadro muito mais amplo. Resumidamente apresenta um histórico do movimento de Sorocaba e São Paulo.

Excelentíssimo Senhor,
Major Fernando Francisco Vieira
DD. Presidente da Câmara Municipal de Itu

pessoa em quem saúdo neste instante – se me permitem – todas as demais autoridades presentes, para evitarmos a inconveniência das falhas da memória, as quais certamente eu incorreria.

Prezados Edis,
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Recebi o convite para vir a esta Casa, com a finalidade de referir-me a alguns episódios sobre a Revolução Liberal de 1842, que abalou nossa Nação e, em particular, esta cidade, há exatamente cento e cinquenta anos. A incumbência muito me envaidece e ao mesmo tempo provoca temeridade.

Envaidecimento – porque é na defesa da liberdade de expressão peculiar a cada localidade, a cada província, que se levantou a insurreição de 1842 – e não poderia haver outro cenário mais adequado e honroso do que o da Câmara Municipal – pois foi através dela que brotou a fagulha da revolução.

Temeridade, porque o desafio que ora assumimos é muito amplo, extenso e tenho o receio de não corresponder às expectativas dos presentes e, acima de tudo, de nossa ancestralidade gloriosa.

Permitam-me, neste momento, dar início com a lembrança de um trecho da poesia – “PAULISTA SOU” – de Alcântara Machado.

...

“De minha Terra e para minha Terra
Tenho vivido e meu amor encerra
Veneração por tudo quanto é nosso”.

...

Palpita o coração sorocabano, palpita o coração ituano,, vibra o coração de todos os paulistas, tudo pela grandeza da Pátria Brasileira.

Não há outro objetivo senão a Liberdade, entendida como aquela que seja capaz de proporcionar a paz com prosperidade dentro de uma ordem consentida, e garantida a integridade nacional.

Minhas Senhoras,
Meus Senhores.

Apesar de todo este exórdio, não me motiva o ufanismo localista do "Paulista de Sorocaba". Claro, existe inegavelmente o apego, mas prevalece, sim, a sede do saber, do resgate histórico de fatos que até hoje não mereceram a consideração do exame devido, mesmo quando sobre ele debruçaram-se notáveis historiadores.

Não há malquerenças ou interpretações duvidosas: a ciência histórica faz-se à luz do estabelecimento de conexões comprovadas através de documentos ou testemunhos. Portanto, para se refazer um texto histórico é de fundamental importância que se demonstrem, de forma cabal, provas definitivas que gerem nova interpretação.

No presente não dispomos ainda de dados conclusivos que permitam ampliar a concepção de uma nova narrativa histórica. Entrementes, sugerimos várias pistas ou hipóteses que corroboram e são de tal natureza, que implicam necessariamente em uma nova revisão – propiciando desse modo um fértil material para que os historiadores se concentrem na gestação de uma nova História, com abordagem mais ampla.

Não há pretensão em torcer os acontecimentos, em fazer heróis, ou criar delinqüentes, apenas a da busca pura e simples da dimensão exata do pensamento e das ações de nossos ancestrais.

Não se tenham aí os modelos ou virtuosidades, mas Homens, tão somente impregnados por um ideal que os conduziu ao embate com a maré da fortuna (infelizmente esta não lhes sorriu em vida).

Parodiando Vicente Licínio Cardoso, no seu dizer a respeito do austero Senador do Império, o Pe. Diogo Antonio Feijó, ao qual acrescentaríamos também o nome do notável Brig. Rafael Tobias de Aguiar – são destes homens raros, "que governam e dirigem os vivos mesmo depois de mortos".

Ora, existe algo de estranho na perpetuidade desses nomes de

líderes derrotados pela força implacável das armas, arrastados à prisão. Mas quando tiveram confrontadas suas ações nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado do Império, as discussões se prolongavam – mesmo sendo os conservadores a grande maioria.

Conta-nos Aluísio de Almeida: “o país inteiro movimentou-se em redor dos revoltosos, considerados vítimas”. “Os julgamentos foram transformados em verdadeiras apoteoses”. Os conservadores não tiveram escolha: era necessário acompanhar a idéia vitoriosa surgida das disputas parlamentares: a *anistia*. Era a única alternativa viável, pois se absolviam, condenavam-se a si mesmos. Mas para que tal ocorresse seria necessário uma preliminar à mudança de Ministério. Assim, paradoxalmente, ganhavam os liberais na prisão o que não conseguiram obter em combate: derrubaram o Ministério de 23 de março, muito embora colocassem outro também conservador. Redimiam-se os chefes paulistas e mineiros. O retorno foi feito em triunfo às províncias de origem.

Devemos questionar até mesmo o vocábulo que empregamos para os acontecimentos, o de revolução – pois o correto é utilizá-lo quando ocorrem mudanças violentas na forma de governo – e essa atitude não se registra nem mesmo nas pretensões dos insurretos, os quais sempre deixaram claro que pretendiam salvar o trono de Dom Pedro II da coação em que se achava. Está claro que se travam embates em torno de conceitos políticos e sociológicos. Mesmo naquela época já se levantava a problemática dessa ordem, quando os liberais recusavam a denominação de rebelião e afirmavam ter sido apenas um movimento. O próprio Senador Feijó, dizia-se sedicioso. A forma de enfocarmos os títulos determina a configuração do que esperamos em conteúdo, pois eles rotulam. Se revolução, embora sufocada, quais as pretensões?

Se insubordinação, por que e o que desejavam?

Temos plena consciência de que não existiam profundas diferenças entre os Conservadores e Liberais, sendo que ambos pertenciam à classe dominante e não previam mudanças imediatas de estruturas, isto dentro de uma relação vertical, mas certamente se os estudássemos horizontalmente em sua própria classe, denotaríamos grandes ambigüidades. E em virtude das propostas de governo, altamente diferenciáveis, é que acreditamos que a História desta sedição deve ficar elencada no capítulo referente à História das Mentalidades ou das Idéias, que compuseram a organização de nossa nação. Somente dentro desse prisma ela adquirirá a

importância e o destaque que realmente merece, ressurgindo, em triunfo pleno, o ideal daqueles combatentes.

Outra advertência que temos a obrigação de fazer é o fato de não se poder entender a Sedição Liberal de 1842, como um acontecimento isolado do contexto nacional e, sem exageros, quiçá mesmo internacional, como reflexo dos movimentos liberais que agitaram todo o continente europeu nesse período.

O movimento revolucionário teve o seu desfecho quando nos preparávamos para comemorar os vinte anos de país independente. Ora, se considerarmos as vastidões geográficas do Brasil, o histórico isolamento que as nossas diferentes regiões sempre viveram, as lembranças da política colonialista portuguesa relativas às oscilações entre as tentativas de descentralização e centralização, podemos facilmente chegar às enormes dificuldades para a perfeita compreensão desse conturbado período.

Acrescentando-se os problemas de ordem econômica, sofremos expectativas de transformações incríveis durante esse interregno de transição. Libertáramo-nos do fantasma agrilhoador do mercantilismo que nos conduzia atrelado ao comércio lusitano através do exclusivismo. Implantávamos a liberdade comercial e tentávamos desesperadamente obter nossa independência econômica, mas as circunstâncias não o permitiram. Fomos facilmente controlados pelo capitalismo industrial britânico. Entretanto reagimos ao propósito recolonizador das cortes portuguesas e disto resultou a nossa emancipação política. Para que esta chegasse a bom termo, foi necessária a mediação inglesa e isso significou a cessão de uma série de privilégios, os quais podem ser traduzidos na atitude de acomodarmo-nos à nova Ordem econômica internacional.

A política absolutista de D. Pedro I desagradava profundamente vários setores que terminaram por estabelecer uma cisão entre o Imperador e as forças liberais – se é que nesta época podemos já assim denominar o grupo de idéias de oposição ao absolutismo.

Este último encontrava amparo na lei maior, a carta outorgada de 1824. O centralismo político pretendido pelo Imperador era excessivo e feria as aspirações de autonomia das diferentes camadas dominantes nas províncias.

Estas diferenças, a partir daquele momento, serão um denominador comum a uma série de sublevações e revoltas que sacudiram o país até sua definitiva pacificação em 1848.

Segue-se, após a independência, uma etapa de predomínio absolutista de bastante apreensão e insegurança, com os partidos políticos tentando consolidar-se.

Forjam-se duas tendências, a do Imperador – *Partido Português* – apóia o absolutismo contra o *Partido Brasileiro*, formado pela aristocracia rural e os liberais radicais provenientes das camadas urbanas.

A impopularidade do Imperador crescia de maneira inequívoca, a insatisfação era geral. Os reflexos da Revolução Francesa de 1830, que depôs Carlos X, absolutista, encontrava eco no Brasil, sendo aqui difundida para exemplo. Isso estimulava os espíritos liberais que guiaram a formação de nossa independência e agora contribuía para a agitação que levaria D. Pedro I a abdicar no dia *07 de abril de 1831*.

A ideologia das camadas dominantes era a grande vitoriosa: conseguiram mais autonomia – mas colocavam em perigo a unidade nacional. Em torno dessa polarização é que se estabeleceram os debates durante todo o Período Regencial.

Livres do Imperador, os grupos políticos consolidam-se em três tendências básicas e divergentes:

- *os restauradores* ou *caramurus*, grupo reacionário favorável ao retorno e à restauração de D. Pedro I (iriam desaparecer em 1834, com o falecimento do Imperador).

- *os exaltados*, *farroupilhas* ou *jurujubas*, defendiam a maior autonomia das províncias e alguns deles tornaram-se francamente republicanos.

- *os moderados* ou *chimangos*, eram politicamente monarquistas, mas contrários ao absolutismo. Administrativamente defendiam o centralismo, porque viam neste a garantia da integridade nacional.

Através de uma hábil manobra, os moderados utilizaram-se dos exaltados para conseguir o poder político com o 7 de abril, o qual, no dizer de Teófilo Otoni, foi uma verdadeira “*Jornée des Dupes*” (jornada dos tolos).

Os moderados eram os “*donos do poder*” e contra eles, ergue-se a oposição ferrenha dos exaltados, que desejavam a devolução da soberania do povo, com a intenção de se fazer eleger uma *Assembléia Constituinte*.

Durante a primeira fase regencial começam a se estabelecer os pilares da nova ordem, e o destaque é para o Ministro da Justiça, o

Pe. Diogo Antonio Feijó, através de suas ações repressivas. Segundo o entender de Raymundo Faoro, "a maior obra em favor da ordem, do partido moderador, foi a realizada fora do governo, com a criação de duas instituições: a Sociedade Defensora e a Guarda Nacional". A estas instituições deveu a Regência a estabilidade do regime e a permanência da integridade da nação. A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional era composta pelos grandes proprietários de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, além de ser integrada pelos regentes, senadores e deputados. O grande objetivo dessa Sociedade era o de dar combate às duas outras polaridades políticas e influenciar nas decisões governamentais. Esta associação foi fundada pelo jornalista Evaristo Ferreira da Veiga em 19 de maio de 1831. No seio dessa sociedade é que surgiu a idéia de se criar uma Guarda Nacional, para servir de contrapeso à tropa regular. A classe política do Império, em especial os liberais, desejava acabar com o sistema militar, ou seja, debilitar ao máximo possível, o exército, porque viam nele uma força a serviço do Imperador, o qual estava sempre disposto a utilizá-lo contra as aspirações de autonomias regionais. De acordo com o Cel. Cláudio Moreira Bento, o "exército foi alvo do maior esforço de erradicação de toda a sua História".

Constituíram-se as Guardas Nacionais, que eram compostas por pessoas de algumas posses, o que representava evidentemente a garantia para o sistema da fidelidade e da ordem social.

A Guarda Nacional, criada pela Lei de 18 de agosto de 1831, era um instrumento eficiente da aristocracia rural e deveria atuar como força repressiva. Seus esforços deveriam ser conjugados com a criação das milícias civis – Polícia Militar –, força que ficaria subordinada ao comando regional. Embora compreensível essa postura dos grupos liberais, em razão do desejo de maior autonomia para as províncias, o escritor Robert Ames Hayes lembra que os liberais estavam associados aos grupos urbanos.

"O exército regular, por tradição, era uma força que tinha suas raízes em áreas urbanas, portanto sem a cooperação entre os liberais de orientação urbana e os chefes do exército, os aristocratas rurais com suas bases locais e regionais de poder poderiam dominar a situação."

De fato, bem mais tarde, a junção entre grupos urbanos e oficiais do exército veio a constituir um fator preponderante na derrocada da monarquia. Neste primeiro momento, entretanto, é deixado bem claro o interesse das oligarquias em esvaziar o poder do Imperador e ampliar o dos pequenos senhores: era a formação do

mandonismo que tem raízes no período colonial.

Outra característica da atuação dos liberais, foi a aprovação da lei de 7 de novembro de 1831, a denominada Lei Feijó, que declarava livre todos os escravos vindos de fora do Império do Brasil e determinava penalidades aos traficantes.

Aliás pretendia com esta lei, regularizar, embora já atrasados os acordos feitos com a Inglaterra, relativos à escravidão. A extinção do tráfico negreiro era uma das exigências estabelecidas pela Inglaterra no tratado de 3 de novembro de 1826, para o reconhecimento de nossa Independência e estipulava o prazo máximo de três anos para sua completa execução. À ação de Feijó se opuseram os conservadores, tendo à frente Bernardo Pereira de Vasconcelos, que acusa de utopia a proposta do ministro na substituição dos escravos por colonos. As resistências são muitas, pois a base econômica, da nação é a agricultura de exportação, inteiramente dependente do braço escravo. As implicações ampliam-se ainda mais, se lembrarmos que a própria centralização do Império sentir-se-ia prejudicada se algo ocorresse ao seu pilar escravocrata. Feijó estava consciente de que era prematuro qualquer avanço significativo para a extinção do trabalho compulsório, mas pretendia, com a abolição do tráfico, facilitar a emancipação progressiva.

A 29 de novembro de 1832, o espírito liberal conseguia a aprovação do Código de Processo Criminal. Por intermédio desse código, os municípios ganhavam ampla autonomia judicial e policial, fazendo renascer para estes, antigos privilégios do século XVII.

O município era novamente valorizado e a população local retomava o poder de eleger seus juízes de paz, que com o pároco, o presidente da Câmara Municipal ou um vereador e um corpo de jurados por ele alistados, constituíam-se no limite da ordem judiciária. Esta concentração de poderes, quando o liberalismo chegava ao extremo de pretender induzir ao autogoverno, contribuiu apenas para originar o "caos" e a anarquia, dando lugar à impunidade criminal. Muitos senhores rurais, de posse deste instrumento, instauraram o terror através do caudilhismo territorial, com a ação de bandos armados. Em conclusão, a nação não se encontrava suficientemente madura para receber tal responsabilidade, um salto gigantesco.

Finalmente veio a reforma constitucional. Objeto de tantos anseios, teve início logo após a abdicação, não obstante demorasse três anos para vingar. Como sabemos, degladiavam-se três grupos

políticos, cada qual com pretensões diferentes. Os exaltados desejavam o federalismo para conseguir a autonomia das províncias e sugeriam a substituição dos Conselhos de Províncias por Assembléias Legislativas.

Os moderados desejavam suprimir o Conselho de Estado e a vitaliciedade do Senado e sugeriam a transformação da Regência trina pela una, eleita diretamente.

Os restauradores resistiam às mudanças e não queriam abrir mão da vitaliciedade do cargo de Senador.

As dificuldades estão evidentes; mas graças a uma grande habilidade da parte dos negociadores, conseguiu-se um consenso entre as três facções e assim logrou-se o êxito da aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado.

Concretizava-se em 12 de agosto de 1831, a ambicionada Reforma da Constituição de 1824.

Do elenco das medidas obtidas dos vários acordos, as principais modificações foram as seguintes:

- foi preservada a vitaliciedade do Senado – o que era uma concessão aos restauradores.

- conseguia-se a autonomia provincial através da criação das Assembléias Legislativas com amplos poderes, e que substituía os Conselhos Provinciais, de caráter meramente consultivo, atendendo assim aos anseios dos exaltados.

- o Conselho de Estado, principal órgão de assessoria do Imperador, foi abolido eliminando-se a Regência trina, pela una, eleita por voto direto para um mandato de quatro anos. Pode-se ver nesse novo equilíbrio uma experiência republicana.

Apesar da nova condição constitucional e do caráter altamente conciliador dessa complementação, ela entretanto não estava acabada, encerrando em si mesma uma grave contradição.

Em virtude dessa discrepância, as forças políticas iriam agora aglutinar-se em dois blocos; as que apoiavam as mudanças feitas pelo Ato, denominadas "*progressistas*", e as contrárias às transformações, por isso mesmo chamadas de "*regressistas*".

Os desacordos existentes no Ato Adicional, no mínimo tornaram bastante problemática a execução no Ato Adicional, fato que se tornou patente pela suas conseqüências. Pretendia-se, de início, uma Monarquia Federativa e não mais Unitária, porém foi elaborado

um texto que levava à descentralização, como era o caso do Legislativo, embora não se chegasse ao federalismo, uma vez que o executivo ou a administração provincial era dirigida por um presidente escolhido pelo Imperador e outros problemas semelhantes. Buscava-se uma política descentralizada e ao mesmo tempo unificada.

Estas contradições vão refletir diretamente na regência una do Pe. Diogo Antonio Feijó e as discórdias entre os progressistas e regressistas ampliam-se. Sem poder governar, e com um parlamento hostil, Feijó renuncia e os regressistas apossam-se do poder e coesos conseguem pouco a pouco enfrentar as rebeliões.

Os regressistas ou conservadores percebiam as incoerências contidas no Ato Adicional e trataram de fazer a sua revisão, retirando todas as concessões anteriormente feitas aos exaltados. Dessa forma, em 12 de maio de 1840, surgiu a *Lei Interpretativa do Ato Adicional*, essencialmente autoritária, que buscava o centralismo e suprimia totalmente a autonomia das províncias.

Os objetivos dos grupos políticos ficaram bem definidos, com enormes divergências: os *conservadores* eram os centralistas e os *liberais*, os autonomistas.

Os liberais, reagindo à manobra dos conservadores, levantam a bandeira da Maioridade, ou seja, a antecipação da condição básica para o governo do jovem monarca. A maioria foi proclamada no dia 14 de julho de 1840. Impedia-se assim a continuidade da regência de Araújo Lima. Esperava-se que o Imperador no poder, colocado pelos liberais, garantisse a participação destes.

Realmente o primeiro ministério ou Ministério dos Irmãos, nomeado pelo Imperador, foi naturalmente dominado pelos liberais. No entanto não durou mais que oito meses.

Entre os motivos que se registram para essa rápida substituição, encontram-se os grandes escândalos proporcionados pelas chamadas eleições do "cacete", quando a vitória do partido situacionista se fez sentir pela ação da violência. Os liberais pretendiam dessa forma garantir a Câmara da legislatura de 1842, consolidando-se definitivamente no poder.

Tendo os conservadores retornado ao poder, deram continuidade ao projeto iniciado com a Lei Interpretativa do Ato Adicional, e assim:

Decreta-se em 23 de novembro de 1841 a lei que restaura o Conselho de Estado. Impunha-se o autoritarismo e garantia-se, para a classe dominante, o acesso ao centro do poder.

Em 3 de dezembro de 1841 foi a vez da reforma do Código de Processo Criminal. Com essa reforma esse código foi totalmente descaracterizado de seu conteúdo liberal; toda a autoridade judiciária e policial passou a ser submetida a uma rígida hierarquia dependente do poder central, ou seja, diretamente subordinada ao Ministro da Justiça.

Foram esses dois atos legislativos motivo de grande sobressalto e agitação dos liberais em seus principais centros.

Outro fator que precisamos recordar e cujas relações até agora não foram devidamente esclarecidas, são os motivos de ordem econômica. Os liberais defendiam uma propositura contrária à renovação do tratado de amizade e comércio com a Inglaterra, firmado pela segunda vez em 1827, mas que deveria findar-se em novembro de 1842. Por meio desse tratado, todas as mercadorias britânicas obtinham benefícios especiais em nosso sistema alfandegário, pagando apenas 15% "ad valorem", taxa essa que os privilegiava em detrimento de nossas produções manufatureiras ou de quaisquer outras nações.

No Rio de Janeiro, na casa do Senador Alencar, fundava-se a Sociedade Secreta "Patriarcas Invisíveis", onde os liberais confabulavam, teciam projetos e analisavam os resultados de seus encontros com as atividades do governo. A conclusão era uma só: não havia alternativa, o rompimento era eminente; as leis eram opressoras e tendentes à manutenção do país na estagnação.

Decidiram que deveria irromper um movimento por todo o país no momento em que uma atitude mais ousada fosse colocada em prática pelos conservadores que estavam no poder.

Assim estavam decididos, mas descuidados, pois bradavam aos quatro ventos os atos que estavam para acontecer, o que deu condições para que o governo se preparasse contra a decantada rebelião.

No Rio de Janeiro, o presidente da província, Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês do Paraná, tomava enérgicas providências para fazer abortar o movimento e colocava tropas em alerta, caso ocorresse qualquer manifestação.

Em São Paulo, o Presidente da Província, José da Costa Carvalho, Barão de Monte Alegre, vinha, há muito, recebendo dos liberais acerbas críticas; a população, aproveitando-se de sua origem baiana, dedicava-lhe estrofes pouco elogiosas. Prevendo o rumo

dos acontecimentos, determinara a substituição do comandante da guarnição de São Paulo, João Nunes Ramalho, pelo Major Francisco Manuel da Chagas, e escreve a outros, informando-os de sua confiança ou dando ordens específicas de ação. Reforça alguns pontos considerados estratégicos, com o envio de homens, determina que se aumentem os vencimentos de oficiais, e várias outras medidas, todas tendentes a coibir uma ação prevista.

Estavam assim preparados, quando a Assembléia Provincial de São Paulo, instigada por um ofício do Pe. Diogo Antonio Feijó e apoiada pelo seu líder Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, fazia violenta representação contra as leis da Reforma.

A delegação encarregada de fazer a representação não conseguiu chegar à presença do Imperador, e um de seus emissários, Nicolau de Campos Vergueiro, foi demitido do cargo de Diretor da Academia de Direito.

No entender dos liberais respaldados nas palavras de Feijó, a persistência dessas leis "levaria ao absolutismo e constituiria um escárnio à Constituição".

O alarido provocado pelos liberais é explicável em virtude de aguardarem a composição da próxima Câmara, eleição essa já efetuada com métodos bastante escusos. Sabiam que, para evitar a sua dissolução, seria somente através das ameaças veladas de revolução, alvoroço encarado com toda a seriedade pelo governo conservador.

Os liberais apelam, através das colunas do jornal Tebyreça em São Paulo, contra a demissão de paulistas dos cargos provinciais, e atacam violentamente os "estrangeiros" que assomavam aos cargos públicos.

Os primeiros meses transcorrem tensos; Tobias de Aguiar e Monte Alegre estabelecem uma pequena trégua, mas o abrandamento é apenas aparente, pois o Imperador cedeu à vontade de seu gabinete conservador e dissolveu a Câmara dos Deputados Liberais. (1º de maio de 1842). Era o estopim há muito combinado na Loja dos Patriarcas Invisíveis; o governo tivera a coragem, agora deveriam ser proclamados simultaneamente os governos interinos no Rio, São Paulo e Minas Gerais.

Os governos provinciais, entretanto, estavam preparados: tudo estava bloqueado. Aconteciam apenas algumas manifestações exaltadas, meras ocorrências. As providências tomadas antecipadamente no Rio impediram o desfecho. Em São Paulo,

idêntico fim teve a 11 de maio a malograda tentativa de invasão da cidade e a tomada dos quartéis por um bando armado. As medidas de segurança tomadas na capital eram muito eficientes e impediram a sua eclosão. O Cel. Rafael Tobias de Aguiar, tendo conhecimento do fracasso, suspeitando que em Minas o pacto também não encontrara o seu devido cumprimento, e estando com prisão decretada, tratou de fugir.

Dirigiu-se para a vizinha cidade de Itu, onde chegou a 13 de maio, hospedando-se em casa de seu cunhado Antonio Pais de Barros, futuro 1º Barão de Piracicaba.

Aí se reuniram nos dias subseqüentes José Joaquim de Lacerda, presidente da Câmara de Sorocaba, Felício de Castro, enteado de Tobias, o vereador sorocabano Francisco Manoel Campolim, que entusiasmado demonstrava estarem os habitantes armados e prontos para a ordem. Eram pessoas de projeção da cidade de Itu, além do seu cunhado. Recebeu cartas de Campinas: era Feijó que aconselhava o rompimento.

No dia 16 a pequena comitiva deixava Itu e dirigia-se a Sorocaba, onde chegaram à noite à porta da casa de D. Gertrudes, onde segundo Aluísio de Almeida, "houve alvoroçada alegria entre os liberais da Guarda Nacional já aquartelados. Tomaram-se as últimas providências para dar uns toques de legalidade ao primeiro ato da tragi-comédia".

Socorremo-nos agora em Paulo Setubal, para que com sua linguagem pitoresca, conte-nos os sucessos do dia da Aclamação

17 de maio de 1842

A cidade de Sorocaba amanhecera em alvoroço. Há tropas pelas ruas. Rufos de tambores. Clarins. Repicam todos os campanários. O sino grande da cadeia toca a rebate.

Que é?

O povo corre com ânsia. Vem tudo, borborinhando, ver o que há. A Câmara está reunida. Grande sessão extraordinária. Preside-a o velho José Joaquim Lacerda. Andam por ali, fardados, os oficiais da guarda. Muitos vereadores. Todas as autoridades civis no recinto. Populares atulham corredores e saguões. Que formigar de gente!

José Joaquim de Lacerda ergue-se. Na estranha assembléia, diante do povo, com assustadora aprovação dos militares, exclama:

– “Senhores! D. Pedro II, imperador constitucional do Brasil é

hoje dominado por certa facção política que vai levando o Império às bordas do abismo. Ainda mais: essa facção está reduzindo a província de São Paulo ao mesmo estado mísero das províncias do Ceará e da Paraíba. Isto, Senhores graças à administração tirânica desse procôncul que vem, em nome daquela facção, oprimindo e escravizando nossa terra".

Diante dos factos, que são notórios, eu alvitro, como medida de salvação pública, que coloquemos novo presidente à testa dos negócios da Província. Este presidente governará São Paulo até que o augusto soberano, livre a facção que o coage, escolha outro ministério da confiança nacional.

Silêncio fundo. A multidão ouve, com espanto, as palavras do velho. Aquilo é gravíssimo. José Joaquim Lacerda continua:

– Senhores! Eu proponho que, por unanimidade, aclamemos Presidente de nossa província o Cel. Rafael Tobias de Aguiar.

Levanta os braços no ar. E com retumbância:

– Viva o presidente Rafael Tobias de Aguiar!

Os conjurados – vereadores, militares, autoridades, gente de prol, todos, com um brado só:

– Viva Rafael Tobias de Aguiar!

José Joaquim Lacerda nomeia, a seguir, a comissão que deve ir buscar o presidente aclamado.

Tobias de Aguiar, há dias já, instalara-se em Sorocaba. O celebrado político mora ao lado, na casa de D. Gertrudes Eufrosina do Amaral.

A comissão sai. Torna em breve com o Cel. Tobias.

Ao vê-lo, erguem-se todos. Reboam palmas, vivas frenéticos.

José Joaquim Lacerda, na presidência, defere ao chefe destemeroso o juramento de honra. Tobias, sobre os santos Evangelhos jura. José Joaquim Lacerda, com o ritual de estilo, empossa-o no cargo de presidente.

O revolucionário lança então, solenemente, naquela sessão histórica da Câmara de Sorocaba, o seu manifesto à nação:

– "PAULISTAS! Os fidelíssimos sorocabanos acabam de levantar a voz: escolheram-me para presidente da Província. Estou eu aqui para debelar essa hidra de trinta cabeças que vem devorando o país. Estou eu aqui para libertar a província desse procôncul que vem postergando as leis mais sagradas, Paulistas ..."

Continua, flamante, a proclamação incendiária. A assembléia

aclama-o. Rompem os sinos. A tropa faz a salva de 18 tiros.

Rompera a rebelião. Aos revoltosos logo juntam-se as Câmaras de Itu, Itapetininga, Porto Feliz, Capivari e outras que vão aderindo. Em Sorocaba organiza-se a "Coluna Libertadora" com voluntários dessas regiões sob o comando do ituano Maj. Francisco Galvão de Barros França, com o objetivo de avançar para a Capital e depor o Barão de Monte Alegre da Presidência da Província.

Apesar da gravidade da situação os liberais estão tranqüilos e avançam despreocupados para ocupar São Paulo; outra de suas colunas dirige-se com igual finalidade para Campinas.

Não há pressa, a capacidade da oposição foi desprezada – erro fatal.

O Barão de Monte Alegre, ao tomar conhecimento do rompimento em 17 de maio, comunicou-se com a Corte e esta indicou, para debelar o movimento, o Barão de Caxias – o Pacificador do Maranhão. Estava para se iniciar um dos mais interessantes "raids" da nossa História Militar, no modo de ver de Affonso de Carvalho.

Caxias determina que se organizem barreiras na região de Barreiros e Areias, isolando os revoltosos do Vale do Paraíba, impedindo-os de ter acesso ao Rio de Janeiro. Entrando em entendimentos com a Comarca de Curitiba, consegue o apoio desta e providencia outra cobertura na região de Itararé, impedindo, dessa maneira, a possibilidade de contato entre os revoltosos de Sorocaba e os revolucionários farroupilhas.

No dia 19, segue por mar até São Sebastião, onde desembarca tropas, que se dirigem para Guaratinguetá, cidade que havia se conservado fiel ao governo; prossegue em viagem até Santos, onde chega em 21 de maio. Imediatamente galga a Serra para apossar-se da capital. Em São Paulo, organiza a defesa principalmente de Mogi das Cruzes e de Pinheiros, onde espera os ataques.

Determina ao Ten.-Cel. Amorim Bezerra que siga em marcha forçada para Campinas, que ainda não estava ocupada.

A campanha está virtualmente ganha: é a vitória da velocidade do exército pacificador contra a lentidão das forças revolucionárias.

O Maj. Galvão, ao aproximar-se da capital, tem a surpresa de vê-la ocupada pelo exército e, prudentemente, resolve acampar nas mediações e não desfechar o ataque.

Os dias passam... As forças combatentes experimentam-se com leves tiroteios ocasionais; tudo é expectativa.

Mas a decisão vem rápida. Acampada nas proximidades de Campinas estava o grupo de insurretos, despreocupados e voltados mais para entretenimentos do que para a causa que ali os levara. Mal armados e despreparados, seriam presa fácil aos experientes soldados do 12º Batalhão de Caçadores de Caxias, comandados pelo Ten.-Cel. José Vicente Amorim Bezerra, que os surpreendeu no dia 07 de junho. O comandante das forças revolucionárias era o Cap. Boaventura do Amaral Camargo, paulista de Itu, que determinou a resistência até tombar mortalmente ferido. No livro da História do Exército Brasileiro, editado pelo Exército, o escritor, ao fazer referência ao combate de "Venda Grande", assim se reporta a esse personagem – "O comandante da coluna rebelde, Capitão Boaventura, foi mortalmente ferido nesse combate, preferindo sucumbir para não ficar mareada sua honra de soldado". Sobre o mesmo fato escreveu Aluísio de Almeida – "O Cap. Boaventura do Amaral! Soldado do Exército Brasileiro, qualquer que seja a opinião dos teus compatriotas acerca de tuas causas, tu salvaste a honra do povo paulista!

Sombra de Boaventura do Amaral, tu estás presente junto a quantos amam deveras a Pátria, que serviste com o sangue de tuas veias!"

O massacre foi total. Hoje, historiadores como Celso Maria de Mello Pupo e Lycurgo de Castro Santos Filho tratam de reescrever a História desse combate. De qualquer forma o heroísmo de Boaventura do Amaral está ainda a aguardar dos pósteros, uma manifestação mais condigna.

Os desastrosos resultados de Venda Grande chegam célere ao "front" em São Paulo. Caxias organiza três colunas para o ataque decisivo. Uma toma a direção de Santo Amaro – para realizar ataque de flanco – outra, a direção de Itu, para juntar-se com a que vinha de Campinas e, convergindo, atacará também o outro flanco; e a terceira, em direitura à Sorocaba em ataque frontal. Não há combate: os rebeldes, percebendo o alcance da manobra, retiram-se desorientados, e em 20 de junho Caxias entra em Sorocaba, sem resistência. Os canhões estavam mudos, a defesa era de todo impossível e aqui ficaria apenas o enérgico Senador Pe. Diogo Antonio Feijó que, impossibilitado de locomover-se devido à sua doença, aguardava a voz de custódia, que lhe faria o Barão de Caxias. Ao seu lado encontravam-se ainda restos do jornal "O Paulista", que imprimira sua contribuição arguta para com a rebelião.

O Brig. Rafael Tobias de Aguiar, ao ver a causa perdida, tratou de contrair matrimônio com D. Domitila de Castro Canto e Melo

(Marquesa dos Santos), com a finalidade de protegê-la e a seus filhos, diante do futuro ameaçador.

A seguir foge para o sul, onde será preso no dia 01 de dezembro de 1842, na localidade de Gorita, no Rio Grande do Sul, por soldados de Caxias.

A causa estava já perdida para os paulistas, quando em 10 de junho, por fidelidade à palavra empenhada, Teófilo Otoni empenha-se no compromisso de levantar os mineiros à luta.

Não foi possível sublevar Ouro Preto, mas a cidade de Barbacena, por intermédio de um batalhão da Guarda Nacional, aclamou a José Feliciano Pinto Coelho da Cunha a Presidência Interina da Província. A refrega aí seria mais difícil, graças às vantagens do terreno e o tempo da reação que lhes foi a princípio favorável. Mas o combate de Santa Luzia, a 20 de agosto, sepultou as pretensões dos liberais. Segue-se o doloroso caminho da prisão com todo os seus infortúnios.

A 14 de março de 1844, todos foram anistiados pelo governo Imperial. Mesmo tendo depois retornado ao poder em algumas ocasiões, os liberais adotavam esta ou aquela medida pretendida, enquanto também atacavam outras que percebessem ser realmente essenciais à defesa da ordem.

Para não nos alongarmos mais, vamos à guisa da conclusão, que, passados cento e cinquenta anos, ainda nos resta a memória desses nossos ancestrais que tiveram a ousadia de defender idéias manifestadamente evoluídas para sua época, como o federalismo para a União, a emancipação progressiva do trabalho compulsório, sua substituição pela mão de obra imigrante e a defesa dos interesses econômicos notadamente voltados para o desenvolvimento industrial.

Como nossa História teria sido diferente, liderada por aqueles homens, que deixaram atrás de si heranças como a do Brig. Rafael Tobias de Aguiar, que em seu leito de morte, se dirigia aos filhos com a recomendação:

**"MEUS FILHOS, CONTINUEM POR MIM A NÃO
POUPAR SACRIFÍCIOS POR SÃO PAULO"**, que convenientemente interpretada por Martim Francisco Ribeiro de Andrade, em sua oração fúnebre, resulta na seguinte frase carregada de patriotismo:

**"SERVIR A SÃO PAULO É SOBRETUDO, ANTES DE
TUDO E ACIMA DE TUDO – SERVIR AO BRASIL".**

Muito Obrigado.

Referências Bibliográficas

ALEIXO IRMÃO, José. *Liberalismo em Sorocaba*. São Paulo : Pannartz, 1986.

ALMEIDA, Aluísio. *A Revolução Liberal de 1842*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1944.

_____. *História de Sorocaba*. Sorocaba : Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba(SP), 1969.

_____. Rafael Tobias de Aguiar, 1794-1857. São Paulo, s.n., s.d. *Separata da Revista do Arquivo Municipal*.

_____. O apaixonado Manifesto de Rafael Tobias de Aguiar. São Paulo, n. 185, p. 135-144, 1973. *Separata da Revista do Arquivo Municipal*,

BENTO, Claudio Moreira. *Sesquicentenário da Pacificação de São Paulo e Minas Gerais por Caxias*. Rio de Janeiro, s.n., 1992.

BONADIO, Geraldo. A agonia do Projeto Liberal. *O Jornal "O Tebyreçá" e a Revolução de 1842*. Sorocaba(SP), Fundação Ubaldino do Amaral, 1992.

BRASIL. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército brasileiro. Perfil militar de um povo*. Brasília : Estado-Maior do Exército, 1972. v. 3.

CARDOSO, Vicente Licínio Diogo Antônio Feijó. Um fantasma do segundo Império. In: *NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA*. Campinas(SP), v. 22, n. 140, p. 241-327, out./dez. 1989.

CARVALHO, Affonso. *Caxias*. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1976.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2.ed. Porto Alegre : Globo, São Paulo : USP, 1975. v. 2.

- HAYES, Robert A. *Nação armada - a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1991.
- LEITE, Aureliano. *Vida e obra do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar*. São Paulo : Força Pública do Estado de São Paulo, s.d.
- MATOS, Odilon Nogueira de (Resp.). (Memória Campineira: Campinas e a Revolução de 1842). In: *NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA*. Campinas(SP), v. 16, n. 115, jul./set. 1984.
- MARINHO, José Antônio. *História do movimento político de 1842*. São Paulo : USP, 1977.
- MONJARDIN, Adelpho Poli. *Bolívar e Caxias - paralelo entre duas vidas*. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1967.
- MORAIS, João Baptista de. *Revolução de 1842*. In: *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO*. São Paulo : Typ. do Diário Oficial, v. 12, p. 441-618, 1908.
- MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1970.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *O desventurado Boaventura do Amaral e o Combate de Venda-Grande*. In: *REVISTA DA ACADEMIA PAULISTA DE HISTÓRIA*. São Paulo, Ano I, nº 1, p. 48-53, 1981.
- SETUBAL, Paulo. *Nos bastidores da história*. s.l, s.n, s.d. 22 p.